

Os Jogos Pan-Americanos como expressão do pan-americanismo nas páginas do jornal O Globo

Mariana Corsetti OSELAME¹

Resumo: O presente artigo aborda o pan-americanismo, um movimento de integração entre os países das Américas que ganhou força sob a liderança dos Estados Unidos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Esse movimento tinha como intenção primordial promover o intercâmbio cultural, científico, político e econômico entre os países do continente americano. Retornado diversas vezes ao longo da história sob o comando de variados líderes, o pan-americanismo se consolidou como política externa governo norte-americano. O objetivo deste artigo é identificar esse sentimento de cooperação (e de supremacia dos Estados Unidos, como líder desse processo) nas matérias veiculadas no jornal O Globo durante a realização dos Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires, entre 25 de fevereiro e nove de março de 1951. Para efeitos de análise foram observadas quatro matérias jornalísticas publicadas durante o período de realização do evento.

Palavras-chave: O Globo; Jogos Pan-Americanos; Pan-Americanismo.

Los Juegos Panamericanos como expresión del panamericanismo en las páginas del periódico O Globo

Resumen: Este artículo aborda el panamericanismo, un movimiento de integración entre los países de las Américas, que se vio impulsado por el liderazgo de los Estados Unidos desde el final de la Segunda Guerra Mundial. Este movimiento tuvo como intención primordial de promover el intercambio cultural científico, político

¹ Mestre pelo PPGCOM da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, aluna da graduação em História (PUCRS), professora do curso de Jornalismo da UniRitter Laureate Universities e editora de Esportes da RBS TV.

y económico entre los países del continente americano. Constituido varias ocasiones durante la historia bajo el mando de varios líderes, el pan-americanismo se consolidó como la política exterior del gobierno estadounidense. El objetivo de este trabajo es identificar este sentimiento de cooperación (y de la supremacía de los Estados Unidos, como el líder de este proceso) en artículos publicados en el periódico O Globo, durante la realización de los Juegos Panamericanos en Buenos Aires, entre el 25 de febrero y 09 de marzo 1951. Para análisis fueron observados cuatro artículos de prensa publicados durante el periodo del evento en el periódico.

Palabras clave: O Globo; Juegos Panamericanos; Pan-americanismo.

As origens do pan-americanismo podem ser situadas no período colonial, quando a maior parte do continente americano estava subordinada a metrópoles (Espanha, Portugal e Inglaterra). Segundo Aquino (1981, p. 129), “desde o século XVIII surgiram precursores dos ideais pan-americanos”, mas o desejo de união das Américas se tornou mais expressivo durante a luta pela separação das colônias. Foi diante da necessidade de fortalecer os territórios de independência recente frente à ameaça europeia da recolonização, no entanto, que o pan-americanismo atingiu o ápice. A partir desse momento, ele passou a ser entendido como um movimento pela solidariedade continental com o objetivo de manter a paz nas Américas, preservar a independência e autonomia dos estados e estimular a relação entre eles.

Diversos estadistas de vários países das Américas manifestaram o sentimento pan-americanista em discursos e documentos oficiais. “A América tem um hemisfério próprio. É a terra da liberdade”, proclamava Thomas Jefferson nos Estados Unidos; “É uma ideia grandiosa pretender-se tornar de todo o Novo Mundo uma só nação”, escrevia Simón Bolívar, o libertador dos países sul-americanos, em 1815; “A América é dos americanos”, afirmava James Blaine, secretário de Estado do governo de James Monroe (MELLO, 1956, p. 11).

É justamente essa afirmação – “a América é dos americanos” – o ponto de partida da presente análise; ela sintetiza a Doutrina Monroe e a perspectiva do pan-americanismo dos Estados Unidos. Antes de caracterizar a doutrina, no entanto, é preciso ressaltar a existência de outra vertente desse movimento: o viés latino americano idealizado por Simón Bolívar – e por isso também chamado de bolivarismo. Foi do líder

dos processos de independência da Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador a iniciativa de convocar o Congresso do Panamá. O evento foi realizado entre 22 de junho e 15 de julho de 1826 com a presença de delegados de países do centro e do sul, além de observadores europeus (BUENO, 1997). O objetivo da reunião era claro: constituir uma confederação das jovens nações americanas.

Na prática, a ideia não prosperou – o projeto de uma *Gran Colombia* não passou de um sonho. Mais tarde, motivados por interesses econômicos, os Estados Unidos retomaram o pan-americanismo e o transformaram em um sistema político de cooperação internacional entre eles e os países americanos, especialmente as nações da América Latina e do Caribe.

As Origens: a Doutrina Monroe

Três anos antes do Congresso do Panamá, em 1823, o presidente norte-americano James Monroe havia feito uma mudança importante nos rumos da política externa dos Estados Unidos. Em sua tradicional mensagem anual ao Congresso, ele descreveu o que ficou conhecido como a Doutrina Monroe. O texto afirmava que os países do continente americano, por terem concluído os seus processos de independência e serem considerados livres da influência das metrópoles, não eram mais suscetíveis a, no futuro, serem colônias de nenhuma potência europeia.

Em outras palavras, Monroe sustentava a ideia da “América para os americanos” – com a supervisão dos Estados Unidos, é claro, que a partir daquele momento passariam a se opor a qualquer tentativa de recolonização dos territórios perdidos. Além de afirmar que os países independentes das Américas não voltariam a ser colônias das metrópoles, a Doutrina Monroe trazia outros dois aspectos: 1) os Estados Unidos não iriam interferir nas questões internas dos países americanos recém-criados; 2) os Estados Unidos se comprometiam a não se envolver em assuntos internos e nem em guerras das nações da Europa – na prática, para Roper, as determinações não foram cumpridas.

Initially, Monroe’s statement suggested that the United States had much in common with the republics that had fought for their independence from Spain, just as the Americans had successfully resisted the Britain. But in time, as the United States became

more powerful, it ignored the principle of non-interference outlined in the doctrine as it sought to influence the politics of its neighbors to the south². (2008, p.59)

Mais do que uma orientação dos rumos da política externa, a Doutrina Monroe sintetizou o espírito de uma época muito peculiar na história dos Estados Unidos.

(...) foi o ponto mais alto de uma era que celebrou a força, a prosperidade e a independência dos Estados Unidos. Auto-satisfação, expansão geográfica e uma economia sólida foram as chaves mestras. O Velho Mundo estava desaparecendo de vista, à medida que a atenção dos americanos se concentrava nos assuntos internos (DIVINE; BREEN; FREDRICKSON, 1992, p. 214).

O cenário estava pronto: no norte, a Doutrina Monroe e o ideal da “América para os americanos”; no centro e no sul do continente, o sonho bolivariano de uma unidade entre as nações americanas. Era um terreno fértil para o desenvolvimento do chamado neo-monroísmo que marcou as Conferências Interamericanas – uma série de reuniões com a participação de delegados dos países americanos que começaram a ser realizadas a partir de outubro de 1889.

Neo-Monroísmo: as Conferências Interamericanas

Se à época do presidente James Monroe os Estados Unidos estavam voltados para as suas questões internas e viviam a plenitude da sua prosperidade econômica, em 1889, quando foi realizada a primeira Conferência Interamericana em Washington, o cenário era de preocupação com a necessidade de expandir o mercado externo. E se a América Latina antes era vista apenas como uma região a ser mantida fora do domínio das potências europeias, agora ela se tornava mercado

² “Inicialmente, o discurso de Monroe sugeria que os Estados Unidos tinham muito em comum com as repúblicas que haviam lutado pelas suas independências contra a Espanha – assim como os Estados Unidos tinham lutado contra a Inglaterra. Mas, depois, na medida em que os Estados Unidos foram ampliando o poder, o princípio da não interferência foi ignorado e a influência aos vizinhos do Sul foi estendida” (tradução livre).

estratégico para o crescimento econômico dos Estados Unidos.

Foi nesse contexto que o secretário de Estado norte-americano, James Blaine, convocou todas as nações das Américas, com exceção do Canadá, para a reunião que ocorreu em de 1890. “Blaine presidiu a primeira conferência pan-americana (...) e esperava que, por meio dela, a América Latina e os Estados Unidos se unissem numa união alfandegária e criassem um sistema de resolução de conflitos”, argumentam Divine, Bre- en e Fredrickson (1992, p. 464), ressaltando os objetivos da reunião.

Os 19 países presentes não aceitaram plenamente as proposições do governo norte-americano – especialmente a proposta de união aduaneira –, mas houve avanços no fechamento de acordos e na promoção do comércio. Além disso, foi criada a União Pan-Americana, uma entidade com fins de troca de informações políticas, científicas e culturais. O pan-americanismo sob a liderança dos norte-americanos, contudo, suscitava desconfianças.

A União Pan-Americana despertava, na época, receio entre os hispano-americanos. Viviam-se o momento dos “panismos” que acobertavam desejos de hegemonia, como (...) o pan-germanismo e o pan-eslavismo, atrás dos quais estavam, respectivamente, Alemanha e Rússia. O aparecimento (...) de um pan-americanismo patrocinado pelos Estados Unidos provocava nos latino-americanos a sensação de que este país procurava meios para exercer a hegemonia continental. Os Estados Unidos, ao necessitar da expansão econômica para além de suas fronteiras para atender às demandas postas pelo estágio em que se encontrava seu capitalismo no início do século XX (e na busca da consolidação e ampliação de um sistema de poder), quiseram envolver toda a América Latina em torno de si, tratando-a como um todo. (BUENO, 1997, p. 237).

Entre 1889 e 1954 ocorreram dez Conferências Interamericanas em diversas cidades do continente. Ao longo deste período o pan-americanismo foi se consolidando como um sistema político baseado nos

princípios de solidariedade continental, da cooperação interamericana, da segurança coletiva e da defesa do hemisfério contra as possibilidades de agressão por parte de outros países (MELLO, 1956). No plano econômico os delegados das Américas firmaram acordos comerciais, alfandegários e monetários; no âmbito legal as conferências discutiram questões de direito internacional público e privado; no que diz respeito à esfera da cultura as reuniões versaram sobre propriedade artística e literária. Assuntos relacionados à infraestrutura também foram discutidos e até mesmo a construção de uma rodovia pan-americana foi aventada (a rodovia, que na verdade é uma rede de estradas, faz a ligação entre o sul do Chile e o ponto mais ao norte do continente, o Alaska). Conferência após conferência, no entanto, tornava-se cada vez mais evidente o abismo existente entre a posição de supremacia dos Estados Unidos e a condição de subjugação dos países da América Latina.

A Política do Big Stick

O tom das Conferências Interamericanas começou a mudar por volta de 1904 como reflexo da alteração dos rumos da política externa dos Estados Unidos. Assim como Monroe havia feito em 1823, Theodore Roosevelt utilizou a mensagem anual ao Congresso em 1904 para determinar uma nova postura do país frente aos demais estados americanos. O Corolário Roosevelt acrescentava um novo elemento à Doutrina Monroe: os Estados Unidos se declaravam dispostos a ocupar militarmente países que estivessem passando por uma crise devido ao não pagamento de sua dívida externa e que, portanto, fossem considerados “instáveis”. A origem da adoção dessa política está no episódio ocorrido com a Venezuela em 1902. Naquele ano, impossibilitado de pagar os credores, o governo venezuelano não reconheceu as suas dívidas; como reação imediata a Inglaterra, a Alemanha e a Itália enviaram navios para bloquear o país. De início os Estados Unidos reconheceram o bloqueio, mas essa postura mudou com a suspeita de que os europeus planejavam ocupar territórios da Venezuela e das Antilhas. A questão foi resolvida porque Caracas aceitou submeter o problema das dívidas ao Tribunal de Haia, mas para os Estados Unidos ficou uma lição: a ameaça europeia ainda existia e era preciso evitá-la de qualquer maneira (MOURA, 1990).

Do ponto de vista econômico, aquele era um momento mais do que oportuno para “oficializar” as intervenções (sempre atreladas os interesses comerciais norte-americanos) nos países da América Latina. Naque-

le período discutia-se, entre outras questões, a transposição dos oceanos por meio de um canal a ser construído no istmo. A obra³, que só foi possível após uma intervenção norte-americana para garantir a independência do Panamá, impulsionaria ainda mais a indústria e o comércio e colocaria os Estados Unidos em uma posição de supremacia mundial – além de inaugurar um novo momento da política externa do país.

O navio de guerra Nashville foi mandado para o istmo e desembarcou seus fuzileiros no dia 2 de novembro de 1903; no dia seguinte irrompeu a revolta da independência, ficando as forças militares colombianas bloqueadas pelas tropas americanas em Colón. Três dias após, Washington reconheceu a independência do Panamá e seu novo governo e nas semanas seguintes negociou um tratado para a construção do canal. (...) Os métodos utilizados por Roosevelt no episódio consagraram a expressão “política do *big stick*” que iria caracterizar sua política para a América Latina. (MOURA, 1990, p. 20).

A política do *big stick* – do grande porrete, na tradução para o português – foi por 20 anos o norte da relação dos Estados Unidos com a América Latina e o Caribe.

Uma grande variedade de situações definia a natureza e a duração da intervenção: presença de tropas para defender a propriedade e os bens de norte-americanos; “protetorado” financeiro com ocupação das alfândegas; apoio ou repulsa explícitos a políticos para favorecer interesses econômicos ou estratégicos americanos; e ocupação direta e a administração de países “instáveis” (MOURA, 1990, p. 21).

O “grande porrete” foi adotado durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e perdurou até o fim

³ A construção do canal é considerada o marco da hegemonia econômica dos Estados Unidos no mundo. Cinquenta mil homens trabalharam para transpor os oceanos; 25 mil morreram na obra (PARKER, 2012).

dos anos 20, quando os Estados Unidos viveram a crise de 1929.

A Política da Boa Vizinhança

A partir da década de 20 o Departamento de Estado norte-americano procurou novos caminhos para seguir os objetivos tradicionais de dominação política e vantagens econômicas na América Latina (DIVINE, BREEN e FREDRICKSON, 1992). A forte presença militar foi substituída pelo aumento do comércio e da relação com os investidores nos países do sul do continente. A base ideológica para essa nova postura foi o memorando Clark publicado em 1930 pelo secretário de Estado norte-americano J. Reuben Clark. O documento, que repudiava o Corolário Roosevelt, afirmava que os Estados Unidos não tinham o direito de intervir nos estados vizinhos com base na Doutrina Monroe – a política tradicional para proteger as vidas e as propriedades americanas sob o direito internacional, evidentemente, estaria mantida.

O memorando “preparou o terreno” para a Política de Boa Vizinhança anunciada por Franklin Delano Roosevelt durante a Conferência Interamericana realizada em 1933 em Montevideu. “Roosevelt agiu rapidamente para solidificar e melhorar as relações e obter benefícios econômicos. Proclamou a política da boa vizinhança e ganhou boa vontade ao renunciar ao imperialismo do passado”, afirmam Divine, Breen e Fredrickson (1992, p. 590).

Na prática, a política do 32^a presidente norte-americano afirmava que os Estados Unidos não fariam novas intervenções militares no continente; que a igualdade jurídica das nações americanas seria reconhecida; que haveria consultas internacionais sempre que os problemas de uma república ameaçassem tornar-se um perigo para as demais; que haveria cooperação “de todas as formas possíveis para elevar o bem-estar dos povos das Américas” (MOURA, 1990, p. 28). Por meio dessa política, vale ressaltar, os Estados Unidos não abriam mão da influência sobre os outros países do continente; pelo contrário: mudavam os métodos para garantir uma maior efetividade nos planos econômico, cultural, militar e ideológico.

A América Latina tinha adquirido uma dupla importância para os EUA na conjuntura dos anos 30. A primeira era o fato óbvio de que a recuperação econômica americana exigia um mercado

externo crescente para sua indústria, assim como um suprimento crescente de matérias-primas e novas áreas de investimento. (...) A segunda dimensão era a importância política: amarrada ao isolacionismo do Congresso frente aos assuntos europeus, a América Latina tornou-se a mais viável área de “laboratório” de experimentos políticos para fortalecer a liderança dos EUA. (MOURA, 1990, p. 29).

Além da influência econômica e política, a América Latina também passou a ser uma importante esfera de influência cultural dos Estados Unidos durante o período de vigência da Política da Boa Vizinhança. Em 1940, para coordenar esse movimento, Roosevelt criou o Birô Interamericano, uma agência voltada para os assuntos culturais interamericanos de interesse dos Estados Unidos. “O Birô era uma parte integral dos preparativos do governo norte-americano para a guerra”, resalta Moura (1990, p. 35). Prova disso é o tom de guerra (e também de paz) do discurso emitido pelo presidente Roosevelt na época da criação da agência: “as Repúblicas americanas estão determinadas a trabalhar em união pela paz, precisamente como trabalham em união para nos defendermos de qualquer ataque. Arme-nos para nos defendermos”, disse o líder dos Estados Unidos em 1940 (MELLO, 1956, p. 41).

Durante os seis anos em que existiu, o Birô Interamericano coordenou a aquisição de excedentes agrícolas latino-americanos por agências privadas e estatais americanas; participou de iniciativas econômicas em larga escala no continente; esteve envolvido em programas de saúde, sanitário e produção de alimentos; e, finalmente, concentrou esforços em promover a presença americana maciça na comunicação de massa por meio do rádio e do cinema.

Estados Unidos e América Latina no Pós-Segunda Guerra

As bases da presença dos Estados Unidos no continente americano já estavam lançadas quando teve início a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, os Estados Unidos se valeram do apoio político, militar e econômico da América Latina para sustentar a posição assumida frente aos combates que aconteciam na Europa. Quando o conflito terminou, os países europeus estavam destruídos pelo esforço de guerra; os Estados

Unidos, por sua vez, emergiam como a grande potência do mundo capitalista. Do outro lado, porém, despontava a potência antagônica, socialista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estava iniciado o período da Guerra Fria, que perdurou até a queda do Muro de Berlim, em 1989. Durante esse período a aproximação com a América Latina ficou em segundo plano:

Se durante a Segunda Guerra os EUA necessitavam da América Latina e por essa razão as relações entre as duas partes do continente se intensificaram, depois da guerra as coisas mudaram de figura. A partir de 1945, os EUA se tornaram uma superpotência imperial, organizando, representando e vigiando a totalidade do mundo capitalista. Face a um competidor político e ideológico de peso, a URSS, os EUA tinham ao mesmo tempo que controlar a instabilidade política e social das regiões mais afetadas pela guerra, que prenunciavam revoluções sociais iminentes. (MOURA, 1992, p. 39).

As preocupações dos líderes americanos estavam voltadas para a Europa destruída e para a Ásia; eram essas as duas grandes questões da política externa da nação no pós-Segunda Guerra. A presença norte-americana na América Latina continuaria sendo garantida pela circulação de produtos culturais dos Estados Unidos no contexto do desenvolvimento do rádio (década de 40) e da televisão (anos 50) nos países do sul; e também por mecanismos ideológicos de “integração das Américas” como os Jogos Pan-Americanos iniciados em 1951.

Jogos Pan-Americanos: o pan-americanismo nas páginas do jornal O Globo

No artigo *Presença americana na educação física brasileira: padrões culturais na imprensa periódica (1932-1950)*, Schneider e Assunção ressaltam que os Jogos Pan-Americanos resultaram de um processo que tinha como objetivo a cooperação no âmbito educacional e esportivo entre os países das Américas. A ideia era promover um evento que contribuísse para moldar e consolidar uma cultura esportiva entre os povos do Novo Mundo, celebrando periodicamente a sua união

por meio do esporte. Uma primeira edição do evento, segundo os autores, teria sido realizada em 1942 se a Segunda Guerra Mundial não tivesse sido deflagrada em 1939. Como o conflito se estendeu até 1945, só foi possível promover o evento em 1951.

A origem dos Jogos Pan-Americanos está nos Jogos Centro-Americanos, um evento realizado em 1926 na Cidade do México envolvendo três países: Cuba, Guatemala e o anfitrião México. Alguns anos depois, durante os Jogos Olímpicos de Los Angeles-1932, representantes das delegações latino-americanas propuseram a realização de um evento esportivo regional para todo o continente americano (ODEPA, 2013). Em 1940, mesmo ano em que foi criado o Birô Interamericano, ocorreu um Congresso Esportivo Pan-Americano que elegeu Buenos Aires como a sede dos primeiros Jogos Pan-Americanos em 1942. Depois de ter sido adiado em razão da Segunda Guerra, o evento finalmente saiu do papel em 1951.

Os dados do site oficial da *Organización Deportiva Panamericana* (Odepa) indicam que houve boa adesão já na primeira edição do evento: participaram mais de 2,5 mil atletas de 22 países⁴. O espírito dos jogos era o mesmo espírito do ideal pan-americano, o de promover a solidariedade continental, a união entre as Américas, a paz e a segurança do continente.

Mas os Jogos Pan-Americanos também legitimavam, no plano esportivo, ações das esferas política, econômica, militar e cultural. Um exemplo claro dessa afirmativa é a versão brasileira do cartaz produzido em 1942 para a primeira edição do evento que acabou ocorrendo apenas na década de 50. A época era de aproximação cultural entre Brasil e Estados Unidos – os norte-americanos enxergavam nos brasileiros os interlocutores perfeitos para o diálogo com as outras nações do continente. No cartaz que estampou a edição n. 48 da Revista de Educação Física, periódico publicado no Rio de Janeiro, aparece uma representação artística do globo terrestre no qual se veem as Américas. O globo é circundado pelas bandeiras dos países americanos. Sobre o cartaz que ilustra a capa, a revista afirma:

[...] sente-se que a representação da parte do globo terráqueo onde aparece em relevo as Américas e o círculo de bandeiras que a envolve, traduz em expressão felicíssima, o desejo panamericanista de

manter os povos americanos em perfeita compreensão, unidos e serenos, diante das dificuldades e incertezas que avassalam o globo (A NOSSA, 1941, p. 8 apud SCHNEIDER e ASSUNÇÃO, 2013).

Na capa as bandeiras de Brasil e Estados Unidos estão lado a lado; a bandeira da Argentina, país sede do evento, está distante. É a representação no âmbito esportivo de uma realidade política daquele momento histórico. Para Schneider e Assunção, aliás, a análise dos periódicos da época comprova que “a Educação Física e os esportes parecem ter sido tomados como elementos catalisadores do ideário pan-americanista na década de 40” (SCHNEIDER e ASSUNÇÃO, 2013). Já nesta época os periódicos são vistos como um importante meio para a divulgação e circulação desse espírito pan-americano presente nos mais diversos setores.

Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires-1951

Se no meio acadêmico os periódicos são importantes agentes de divulgação do ideário pan-americanista, fora da academia quem faz esse papel é a imprensa – especialmente a imprensa escrita, que cobriu *in loco* a primeira edição dos Jogos Pan-Americanos realizados na Argentina. Com o objetivo de mapear as características do pan-americanismo que permeiam a realização desse evento esportivo foram escolhidas, para efeitos de análise neste trabalho, quatro matérias jornalísticas publicadas nas páginas do jornal O Globo entre 25 de fevereiro e nove de março de 1951 (período de realização dos jogos em Buenos Aires). Foram selecionadas as reportagens que apresentavam referências aos Estados Unidos e ao conceito de pan-americanismo. Para a seleção das matérias foi utilizada a primeira etapa da análise de conteúdo sistematizada por Bardin (1977), denominada leitura flutuante. Nesta etapa do processo o pesquisador deve eleger os índices que, posteriormente, irão guiar a formação de categorias de análise. Por se tratar de um corpus de extensão reduzida, optou-se, nesta pesquisa, pela aplicação de apenas a primeira etapa deste processo. Desta forma, todas as matérias analisadas se referem à categoria Pan-Americanismo.

A primeira matéria sobre o evento, intitulada *Inaugurados ontem os Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires*, aparece na edição de 25 de fevereiro de 1951. Nesse texto escrito pelo enviado especial Augusto Rodrigues já pode ser observada uma primeira caracterís-

4 O Canadá não foi convidado a participar da primeira edição do evento, mas quatro anos depois, em 1955, esteve na segunda edição dos Jogos Pan-Americanos realizada na Cidade do México.

tica do pan-americanismo: o envolvimento das massas, o caráter de manifestação popular em torno da ideia de “uma grande festa” entre os países americanos. A reportagem afirma: “com o desfile suntuoso de hoje no Estádio Presidente Perón, do Racing Clube, foram inaugurados os primeiros Jogos Pan-Americanos. Mais de cem mil pessoas lotaram o estádio, ficando milhares do lado de fora por falta de espaço” (INAUGURADOS, 1951). A matéria traz detalhes sobre a cerimônia que marcou a inauguração do evento como o desfile da tocha olímpica e a entrega de um buquê de flores para Eva Perón, esposa do presidente argentino Juan Perón. Desde a primeira edição dos Jogos Pan-Americanos houve o total cumprimento dos rituais também observados nos Jogos Olímpicos: desfile de delegações, acendimento do fogo pan-americano, juramento dos atletas e cerimônias de abertura e de encerramento.

Na segunda matéria coletada para este estudo, publicada no dia 27 de fevereiro de 1951⁵, é possível observar outro aspecto do pan-americanismo – a hegemonia dos Estados Unidos – percebido pela ótica brasileira. Na reportagem *Silvio Padilha aponta os norte-americanos como favoritos absolutos*, o coordenador da delegação brasileira que foi a Buenos Aires disputar os Jogos Pan-Americanos concede uma entrevista ao repórter do O Globo. Na conversa ele destaca o amplo favoritismo dos norte-americanos; a expectativa da delegação brasileira era de que eles conquistariam a maior parte das medalhas em jogo. “O diretor técnico da delegação brasileira mostra-se comedido, ou melhor, realista em suas apreciações, achando que devemos calcular nossos cotejos apenas em relação aos países sul-americanos, reconhecendo de antemão a indiscutível superioridade dos Estados Unidos” (SILVIO, 1951).

Tamanho era o sentimento de inferioridade em relação aos norte-americanos que o feito de um atleta brasileiro ganhou a capa da edição de O Globo de sete de março de 1951. A manchete: “Campeão do Pentathlon” (sic). No texto, a surpresa com a vitória do brasileiro:

O capitão Eric Tinoco Marques, do Brasil, foi o vencedor individual do pentathlon (sic), batendo os mais categorizados representantes pan-americanos. Os

favoritos eram os atletas militares dos Estados Unidos, mas o capitão Eric Tinoco Marques surpreendeu-os nas provas da competição. (CAMPEÃO, 1951).

A partir desse exemplo, é possível em pensar em um terceiro aspecto desse pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos em diversos segmentos da sociedade – inclusive nos planos simbólico e psicológico. Se por um lado existe uma indiscutível hegemonia norte-americana, por outro lado há uma espécie de “conformismo” dos países da América Latina e do Caribe, que nada mais podem fazer além de seguir a liderança norte-americana. É uma posição de subjugação, um sentimento de que não é possível vencer os Estados Unidos, portanto só resta “obedecer”. Quando a vitória acontece, portanto, ocorre a surpresa: afinal, como foi possível que nós, vindos de um país inferior, pudemos vencer os invencíveis?

Se no plano político a Argentina é um dos países mais resistentes ao pan-americanismo encabeçado pelos norte-americanos, no âmbito esportivo essa postura também é adotada. A quarta matéria analisada neste estudo, publicada em nove de março de 1951, traz como manchete *Sensacional a decisão do basket (sic) nos Jogos Pan-Americanos*. O texto se inicia com a surpreendente derrota da seleção brasileira de basquete masculino para o Panamá; em um segundo momento aborda a decisão da medalha de ouro dessa modalidade. *Dramático o jogo Estados Unidos x Argentina* é o intertítulo da matéria que, em vários trechos, evidencia a temeridade que era enfrentar a seleção norte-americana de basquete – um esporte no qual ainda hoje o país é o melhor do mundo. Trechos como “(...) mesmo com o tremendo incentivo de sua torcida, o quadro argentino parecia tolhido pelo peso da responsabilidade” ou então “Quando o cronometrista apitou foi um delírio, com invasão de campo, beijo entre torcedores e até desmaio de um jogador argentino” mostram o sentimento de inferioridade dos argentinos (mesmo jogando em Buenos Aires) frente ao time dos Estados Unidos. No encerramento da matéria o repórter informa a derrota dos anfitriões do evento e faz uma curiosa analogia:

De qualquer forma, os argentinos caíram honrosamente, e tornou-se evidente que os Estados Unidos não ganham mais facilmente campeonatos mundiais, e para manter a supremacia,

5 Uma curiosidade: a imagem que ilustra a matéria sobre os Jogos Pan-Americanos é uma foto da cerimônia de abertura do evento. Os negativos dessa foto provavelmente tiveram que ser transportados de Buenos Aires até a redação do jornal no Rio de Janeiro para a revelação do filme – e por isso ela levou dois dias para ser publicada.

terão que mandar sempre o expoente do basket (sic) americano. “Cadillacs” e não “Chevrolets”. (SENSACIONAL, 1951).

Ainda hoje os Estados Unidos enviam para as edições dos Jogos Pan-Americanos os seus atletas menos qualificados, o chamado “time B” – e isso não ameaça a ampla supremacia esportiva que o país detém nas Américas; basta analisar o número de medalhas conquistadas.

A Supremacia dos Estados Unidos

Líder do capitalismo mundial e produtor da maior parte dos bens culturais que invadiram a América Latina a partir dos anos 40, os Estados Unidos também despontaram, no cenário dos Jogos Pan-Americanos, como a grande força esportiva do continente. Houve apenas duas edições do evento em que os norte-americanos não ficaram em primeiro lugar no quadro geral de medalhas: em 1951, em Buenos Aires, na primeira edição dos Jogos; e em 1991, em Havana, na 11ª edição (ODEPA, 2013). Nessas duas participações o país perdeu para os anfitriões do evento – que, pelas regras estabelecidas pela Odepa⁶, ganham vagas diretas em todas as modalidades esportivas e, por isso, teoricamente, garantem mais chances de obter medalhas.

A história da participação dos Estados Unidos nos Jogos Pan-Americanos é a história da supremacia esmagadora de um país sobre os demais. Até hoje foram 16 edições do evento e um total de 4.172 medalhas conquistadas – 2.246 a mais do que Cuba, segunda colocada nesse ranking com 1.926 pódios; e 2.480 a mais do que o Canadá, terceiro da lista com 1.687 medalhas. O Brasil, quarto dos cinco países com maior número de medalhas, tem 1.074 conquistas – 3.098 a menos do que os Estados Unidos. A supremacia norte-americana nos Jogos Pan-Americanos fica ainda mais evidente quando explicitada em um gráfico como esse:



Gráfico 1 – Países que mais conquistaram medalhas em Jogos Pan-Americanos

⁶ Entidade que organiza os Jogos Pan-Americanos.

Falar em Jogos Pan-Americanos, portanto, é referir-se a uma competição continental que expressa, no plano esportivo, a hegemonia econômica, política, cultural e ideológica de um país – os Estados Unidos da América – sobre todos os demais da América Latina e Caribe.

Considerações Finais

Em seus primórdios, o pan-americanismo era um movimento de aproximação em prol da solidariedade e da cooperação entre as nações independentes das Américas sem qualquer pretensão de liderança de um ou outro país. Com o passar do tempo e as mudanças nos contextos histórico, econômico e social, no entanto, o movimento foi sendo adaptado conforme as necessidades do país que se encontrava em condições de tomar à frente dessa iniciativa – os Estados Unidos. A partir da Doutrina Monroe o pan-americanismo começa a ser utilizado como argumento para manter a América Latina e o Caribe distantes das influências europeias. Posteriormente ele também é utilizado para justificar a interferência política e militar dos norte-americanos fora dos seus domínios. É o sentimento de cooperação pan-americana que torna possível a presença dos Estados Unidos em todo o continente.

Os Jogos Pan-Americanos são uma expressão, no plano esportivo, da inquestionável superioridade norte-americana. Mesmo enviando atletas de segundo nível para participar da competição regional desde a primeira edição do evento – de certa forma até desprezando a reunião das Américas em torno do esporte –, os Estados Unidos, edição após edição, terminam no topo do quadro de medalhas com o maior número de vitórias. No contexto dos Jogos Pan-Americanos, o pan-americanismo como sistema de dominação política e obtenção de vantagens econômicas na América Latina se revela por meio de três características observadas nas quatro matérias do jornal O Globo. A primeira se refere ao caráter de participação das massas em torno da ideia de celebração pan-americana; travestido de evento esportivo está o ideário da “América para os americanos” ou, em última análise, da “América para os americanos com a supervisão e liderança dos Estados Unidos”. É claro que as 100 mil pessoas que compareceram à abertura dos Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires não o fizeram com a consciência de que aquela era mais uma expressão do poderio norte-americano; a mensagem passada pelo evento, não obstante, foi exatamente essa.

Uma segunda característica observada nas matérias analisadas é o sentimento de inferioridade dos

brasileiros em relação aos norte-americanos. O chefe da delegação brasileira destacou que o país deveria concorrer com as outras nações sul-americanas, e não com os Estados Unidos, que sustentavam um indiscutível favoritismo. As afirmações foram feitas no contexto esportivo, mas podem ser facilmente transpostas para outras áreas como uma representação do sentimento da época. Completa esse quadro a terceira característica observada a partir dos relatos do O Globo: o conformismo dos países “inferiores” aos Estados Unidos. Frente à indiscutível supremacia, só resta competir com quem está no mesmo nível, ou seja, todos os outros países com exceção dos Estados Unidos. Por isso a surpresa quando ocorre a vitória; por isso o reflexo positivo na autoestima do país quando se vence um atleta da temível equipe norte-americana. Um bom exemplo desse sentimento é a épica vitória da seleção brasileira de basquete masculino sobre os Estados Unidos nos Jogos Pan-Americanos de Indianápolis, em 1987. Até hoje a conquista é lembrada como o momento em que o Brasil, um país “inferior”, derrotou, dentro de quadra, o poderoso e favorito time norte-americano.

Talvez essa seja a maior diferença do plano esportivo em relação às esferas da política, da economia, da cultura. No esporte é possível vencer os invencíveis; é possível inverter a lógica da dominação. É possível, em alguns momentos, deixar de ser um coadjuvante de luxo no contexto do sistema pan-americanista para tornar-se, por um curto período, protagonista.

Referências

A NOSSA capa. Revista de Educação Física, Rio de Janeiro, ano X, n. 48, p. 8, set. 1941. IN: SCHNEIDER, Omar; ASSUNÇÃO, Wallace Rocha. *Presença americana na educação física brasileira: padrões culturais na imprensa periódica (1932-1950)*. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá. Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil. 2013. 1 CD-ROM ISSN: 2236-1855. Disponível em: <<http://omar.pro.br/modules/publisher/item.php?itemid=20>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *História das Sociedades Americanas*. Rio de Janeiro: Livr. Eu e Você, 1981. 400 p.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUENO, Clodoaldo. *Da Pax Britannica à hegemonia Norte-Americana: o Integricionismo nas Conferên-*

cias Internacionais Americanas (1826-1906). *Estudos Históricos*. 1997, v. 10, n. 20. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2050/1189>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

DIVINE, Robert; BREEN, T.H.; FREDRICKSON, George. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

FURTADO, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados - América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

MELLO, Affonso de Toledo Bandeira de. *O espírito do pan-americanismo*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1990.

LEUCHTENBURG, William E. (org). *O Século Inacabado: A América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 2v.

PARKER, Matthew. *Febre do Panamá*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ROPER, Jon. *The Complete Illustrated Guide to the Presidents of America*. Lorenz Books: Londres, 2008.

SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos x América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SCHNEIDER, Omar; ASSUNÇÃO, Wallace Rocha. *Presença americana na educação física brasileira: padrões culturais na imprensa periódica (1932-1950)*. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Cuiabá. Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil. 2013. 1 CD-ROM ISSN: 2236-1855. Disponível em: <<http://omar.pro.br/modules/publisher/item.php?itemid=20>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

SHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

Matérias Jornalísticas

CAMPEÃO de pentathlon. *O Globo*, 7 mar. 1951. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

O PAN-AMERICANISMO em jogo. *Revista de História*, 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-pan-americanismo-em-jogo>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

INAUGURADOS ontem os Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires. *O Globo*, 25 fev. 1951. Disponível em: Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SENSACIONAL a decisão do basket nos Jogos Pan-Americanos. *O Globo*, 9 mar. 1951. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SILVIO PADILHA aponta os norte-americanos como favoritos absolutos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1951. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

Sites

BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO. Modelo de Referências. Porto Alegre [2013]. Disponível em: < <http://webapp.pucrs.br/bcmodelos/LoginControl>>. Acesso em 23 nov. 2013.

ORGANIZACIÓN DEPORTIVA PANAMERICANA. *Juegos Panamericanos*. Cidade do México [2013]. Disponível em: < <http://www.paso-odepa.org/juegos-panamericanos.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

Enviado em: 17/08/2014

Aprovado em: 18/03/2015